

HABEAS CORPUS Nº 502.339 - SP (2019/0094683-6)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : GABRIELA SILVA TEIXEIRA DA ROCHA E OUTRO
ADVOGADOS : EMERSON DE OLIVEIRA LONGHI - SP113373
GABRIELA SILVA TEIXEIRA DA ROCHA - SP394845
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CARLOS EDUARDO ARAUJO (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de **Carlos Eduardo Araujo** – sentenciado, pela prática, em tese, dos crimes de associação criminosa e corrupção ativa, à pena de 19 anos e 18 dias, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 433 dias-multa –, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que manteve a prisão preventiva imposta pelo Juízo de Direito da Vara Criminal da comarca de Presidente Bernardes/SP, ao negar ao paciente o direito de recorrer em liberdade (Processo n. 0002855-79.2014.8.26.0480).

Alega-se, em síntese, ausência de fundamentação na decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, negado-lhe o direito de recorrer em liberdade.

Postula-se, ao final, a concessão liminar da ordem para que o paciente aguarde em liberdade provisória o julgamento da ação penal.

É o relatório.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida de caráter excepcional, cabível apenas quando a decisão impugnada estiver eivada de ilegalidade flagrante, demonstrada de plano.

Em juízo de cognição sumária, afigura-se inviável o acolhimento da pretensão, porquanto o Magistrado singular, ao determinar a prisão cautelar do acusado, destacou a periculosidade do paciente ao afirmar que se trata de criminoso reincidente e contumaz (fl. 173), razão pela qual não vislumbro o *fumus boni iuris* necessário à concessão da tutela de urgência.

Ademais, a pretensão se confunde com o próprio mérito do *writ*, devendo o

caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da sua apreciação e do seu julgamento definitivo.

Com essas considerações, não tendo como configurado constrangimento ilegal passível de ser afastado mediante o deferimento da liminar ora pretendida, com manifesto caráter satisfativo, **indefiro-a**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora para que informe acerca do julgamento da apelação criminal ali interposta.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator